

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE SUBSCRIÇÃO, DA CETREL S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **CETREL S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Via Atlântica S/N, km 09, Bairro Polo Petroquímico CEP 42810-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 14.414.973/0001-81, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

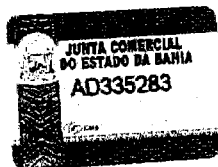
e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares de debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cetrel S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - AUTORIZAÇÃO

Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 30 (trinta) de agosto de 2013 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão (conforme abaixo definido), conforme disposto no artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").



401

2

CLÁUSULA SEGUNDA – REQUISITOS E OBJETO SOCIAL

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM n.º 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA

2.1.1. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, previsto no artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, por se tratar de distribuição pública com esforços restritos de colocação.

2.1.2. A Oferta Restrita também não será objeto de registro perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento e Publicação da AGE

2.2.1 A ata da AGE que aprovou a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal Correio, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão celebrados entre a Emissora e o Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCEB, de acordo com o artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.



[Handwritten signatures]

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCEB, 15 (quinze) dias após a data de obtenção do referido registro.

2.4. Registro para Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e a custódia eletrônica realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Investidores Qualificados” e “Instrução CVM n.º 409”, respectivamente), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409 deverão, obrigatoriamente, subscrever e integralizar, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

2.4.3. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e, depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme o caso, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM n.º 476, desde que sejam (i) observadas as restrições estabelecidas no artigo 15 da Instrução CVM n.º 476; e (ii) a Emissora esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

2.5. Objeto Social

2.5.1. De acordo com o seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social (a) supervisionar, coordenar, operar e monitorar sistemas de proteção ambiental, incluindo coleta, transporte, tratamento e disposição final de efluentes e resíduos,



400

2

líquidos e sólidos, industriais e urbanos, mediante processos de transformação e incineração; (b) promover pesquisas na área de controle ambiental e na reciclagem de resíduos e outros recursos recuperáveis nas emissões industriais e urbanas; (c) monitorar os níveis de poluição ambiental da qualidade do ar, de recursos hídricos e de outros elementos vitais; (d) realizar diagnósticos ambientais para avaliação de desempenho operacional e impactos e aspectos ambientais decorrentes de diversas atividades de interface com o meio ambiente; (e) elaborar e implementar projetos de soluções relacionados à engenharia ambiental; (f) desenvolver e implantar sistemas de gestão ambiental e de qualidade; (g) outros, correlatos e/ou similares, que se enquadrem nos seus objetivos sociais, tais como: análise laboratoriais, treinamentos, educação ambiental, especificação, diligenciamento e intermediação de compras de materiais destinados a sistemas de proteção ambiental, bem como a comercialização de produtos gerados a partir do aproveitamento e beneficiamento de resíduos tratados; (h) participar em outras sociedades, como sócia ou acionista, como meio de realizar atividades compreendidas no seu objeto social, mediante deliberação do conselho de administração.

CLÁUSULA TERCEIRA—DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

3.2. Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em série única.

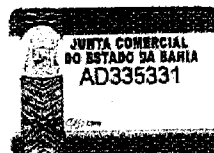
3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 1.500 (mil e quinhentas) Debêntures.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição



Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.

3.5.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados. A Oferta Restrita será realizada com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.450, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.271.464/0073-93, na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder" ou "Bradesco BBI"), sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, observados os termos e condições definidos no "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Subscrição, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 1ª (Primeira) Emissão da Cetrel S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM n.º 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido no item 2.4.2. acima), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

3.5.4. Adicionalmente, a Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM n.º 476, outra oferta pública da mesma espécie dos valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.5.5. Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures; ou (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.5.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.



3.5.7. O Coordenador Líder e a Emissora não realizarão a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM n.º 476.

3.5.8. A Emissão e a Oferta Restrita não serão objeto de quantidade adicional ou lote suplementar.

3.5.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.5.10. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

3.5.11. A colocação das debêntures deverá ser efetuada dentro do prazo de distribuição e conforme os procedimentos estabelecidos pela Instrução CVM n.º 476 e pelo Contrato de Distribuição.

3.6. Destinação dos Recursos

3.6.1. Os recursos captados mediante a colocação das Debêntures serão utilizados para pagamento integral das notas promissórias comerciais emitidas pela Emissora no âmbito da 1ª (primeira) emissão.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

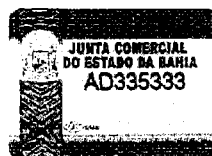
3.7.1. A instituição prestadora dos serviços de escrituração das Debêntures e dos serviços de banco liquidante será o **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12 ("Escriturador Mandatário" e "Banco Liquidante").

CLÁUSULA QUARTA –DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será 16 de setembro de 2013 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário



4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"),

4.3. Conversibilidade e Forma

4.3.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4. Espécie

4.4.1. As Debêntures são da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.5. Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1 O preço de subscrição e integralização das Debêntures será correspondente ao Valor Nominal Unitário com duas casas decimais, e integralizados à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP ("Preço de Subscrição" e "Data de Integralização", respectivamente).

4.6. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.6.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, ressalvada a possibilidade de (i) vencimento antecipado das Debêntures; e (ii) resgate antecipado das Debêntures ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento, em moeda corrente, do saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) não amortizado, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido).

4.7. Amortização do Principal

4.7.1. Amortização do Principal

4.7.1.1. O Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures será amortizado, a partir do 1º (primeiro) mês contado da Data de Emissão, inclusive, em 143 (cento e quarenta e três) parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 6.944,00 (seis mil e novecentos e quarenta e quatro reais), e a última



amortizada pelo valor de R\$ 7.008,00 (sete mil e oito reais), sendo a primeira parcela devida em 16 de outubro de 2013 e a última na Data de Vencimento (cada data de amortização das Debêntures, uma "Data de Amortização do Principal das Debêntures").

4.8. Remuneração

4.8.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Integralização, incidirá juros remuneratórios correspondentes a 126,5% (cento e vinte e seis e cinco centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

4.8.2. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro ratatemporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Integralização até a respectiva data de pagamento ("Remuneração"), conforme fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (Fator\ de\ Juros - 1)$$

onde:

J = Valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

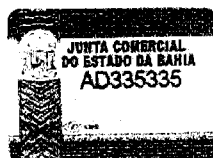
VNe = Valor Nominal Unitário não amortizado da Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator\ de\ Juros = \prod_{k=1}^n \left(1 + TD_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do Fator DI em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;



Handwritten marks and signatures at the bottom right of the page.

$p = 126,5$ (cento e vinte e seis e cinco centésimos), correspondente ao percentual aplicado sobre a taxa DI.

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

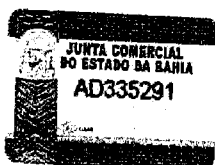
$k = 1, 2, \dots, n;$

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

Observações:

- (i) o fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (iv) as Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.8.2.1. O período de capitalização da Remuneração é: (a) para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) e, (b) para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

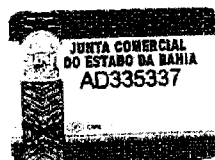


4.8.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento da Remuneração, será utilizada a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI disponível.

4.8.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade da Taxa DI por disposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão) ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, caso tenha ocorrido pagamento de Remuneração até a data de deliberação da Taxa Substitutiva.

4.8.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.8.4. acima e não haja disposição legal ou determinação judicial expressamente vedando a sua utilização, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.8.5., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.8.6. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em outro prazo que venha a ser definido na referida assembleia, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro ratatemporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último.



Handwritten signatures and initials.

4.8.6.1. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item 4.8 serão canceladas pela Emissora. Neste caso, para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.8.7. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam Debenturistas no final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.9. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

4.9.1. Os valores relativos à Remuneração serão pagos em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais e consecutivas, a contar da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em 16 de outubro de 2013, sem carência ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.10. Repactuação Programada

4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Liquidez e Estabilização

4.11.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.12. Resgate Antecipado Total ou Amortização Parcial Facultativa

4.12.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a contar da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total ou a amortização parcial facultativas Debêntures, nos termos da legislação aplicável, de acordo com o procedimento descrito abaixo ("Resgate Antecipado" e "Amortização Parcial Facultativa", respectivamente).

4.12.2. O Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial Facultativa será realizado pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizados das Debêntures, no caso de Resgate Antecipado, ou do efetivo valor a ser amortizado pela Emissora, no caso de Amortização Parcial Facultativa, observados os termos e limites definidos na cláusula 4.12.9 abaixo, em ambos os casos acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da data do último pagamento efetivo da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate, acrescido de um prêmio sobre o valor resgatado ou amortizado ("Prêmio") equivalente a:



Período (a contar da Data de Emissão)	Prêmio
Entre o 1º ao 3º ano	3,40%
Entre o 4º ao 6º ano	2,40%
Entre o 7º ao 9º ano	1,60%
Entre o 10º ao 12º ano	1,00%

4.12.3. A Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverão comunicar o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial Facultativa por meio de correspondência escrita à CETIP com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da realização do resgate antecipado das Debêntures ("Notificação de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativa").

4.12.4. A Notificação de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativa deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para o resgate ou amortização das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (ii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativa.

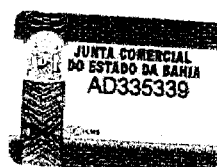
4.12.5. O Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial Facultativa deverá ser realizado mediante comunicação aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e ao Escriturador Mandatário, com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

4.12.6. O pagamento das Debêntures resgatadas ou amortizadas antecipadamente será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, ou (ii) para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente no referido módulo, na sede da Emissora e/ou em conformidade com os procedimentos do Escriturador Mandatário, conforme aplicável.

4.12.8. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas pela Emissora.

4.12.9. A Amortização Parcial Facultativa deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação e limitar-se a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário.

4.13. Vencimento Antecipado



4.13.1. Observado o disposto neste item 4.13, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro ratatemporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada um, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) pedido de falência que não tenha sido elidido no prazo legal, autofalência ou decretação de falência da Emissora e/ou das Controladas (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) e/ou pedido de recuperação judicial ou apresentação para discussão junto a credores ou homologação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Emissora e/ou Controladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- (b) pedido de liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (c) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures, ou quaisquer outros valores que venham a ser devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, desde que não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do vencimento original;
- (d) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária, conforme descritas nesta Escritura de Emissão, não sanado em até 30 (trinta) dias úteis contados da data do recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário. O prazo previsto neste item não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (e) incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão da Emissora por outra sociedade e/ou venda de participações societárias e/ou realização de qualquer outra forma de reorganização societária que resulte em mudança ou transferência de controle acionário efetivo da Emissora e/ou das Controladas, exceto: (i) tal operação societária for previamente aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim; ou (ii) se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a



Rui

e

contar da data da publicação das atas das assembleias relativas à operação de incorporação, fusão ou cisão, conforme o caso, o resgate das Debêntures de que forem titulares; ou (iii) se a Odebrecht S.A. ("Odebrecht") mantiver, direta ou indiretamente, o controle da Emissora;

- (f) protesto de títulos contra a Emissora e/ou Controladas (exceto protestos de autos de infrações ou certidões de dívida ativa decorrentes de discussões tributárias ou previdenciárias), cujo valor, unitário ou agregado, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("IPCA") ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de intimação para pagamento do(s) protesto(s) ou no prazo estabelecido para pagamento, caso inferior a 30 (trinta) dias, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que devidamente comprovado pela Emissora e/ou Controlada; (ii) o protesto foi cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, em até 5 (cinco) dias úteis; (iii) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo ou (iv) tenha sido apresentada defesa de forma tempestiva;
- (g) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras decorrente de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional, (i) pela Emissora e/ou suas Controladas em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais); ou (ii) controladora direta da Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora e/ou suas Controladas, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora;
- (h) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora e/ou Controladora direta e/ou contra qualquer de suas controladas em valor individual, igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de pagamento estipulado na respectiva decisão ou após 60 (sessenta) dias contados do recebimento da respectiva decisão, o que for maior;
- (i) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio



imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;

- (j) rescisão do Contrato de Garantia (conforme abaixo definido), cujos Direitos Creditórios foram cedidos fiduciariamente em garantia;
- (k) sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total da Emissora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), exceto se tal sequestro, arresto ou penhora for sanado no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da intimação da Emissora;
- (l) falta de cumprimento do valor de cobertura, comprometendo-se a Emissora a destinar no Contrato de Garantia um fluxo correspondente a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ano, para cobertura do serviço da dívida ao longo do fluxo da operação, respeitado determinadas condições de substituição descritas no Contrato de Garantia ("Valor de Cobertura");
- (m) não constituição e formalização plena das Garantias;
- (n) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (o) descumprimento de quaisquer das obrigações previstas no Contrato de Garantia, que não seja sanado no prazo previsto no respectivo contrato;
- (p) se quaisquer das Garantias, ou qualquer dos contratos de garantia (i) forem objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Garantia, desde que as Garantias não sejam substituídas pela Emissora no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de notificação escrita, enviada pelo Agente Fiduciário; (ii) forem anulados por sentença transitada em julgado; ou (iii) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidos. Observado que nas hipóteses (ii) e (iii), anteriormente descritas, a Emissora terá 20 (vinte) dias úteis para substituir tais Garantias por garantia equivalente, mediante a



prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (q) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos na seção "Destinação dos Recursos";
- (r) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Subscrição, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 1ª (Primeira) Emissão da Cetrel S.A.";
- (s) inadimplemento, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou como garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;
- (t) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (u) redução de capital social e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora exclusivamente relacionado à concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas, nos termos previstos no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se a Odebrecht mantiver, direta ou indiretamente, o controle da Emissora; e
- (v) alteração do objeto social da Emissora que resulte, cumulativamente, (a) em alteração relevante no setor de atuação; e (b) possa causar um Efeito Material Adverso Relevante; como "Efeito Material Adverso Relevante" entenda-se: "a ocorrência de um Impacto Adverso Relevante, definido como alteração material, (i) nas condições econômico-financeiras da Emissora, que possa prejudicar materialmente suas atividades da maneira como são conduzidas atualmente, (ii) no projeto, nos negócios, operações, propriedades ou resultados da Emissora, (iii) na validade ou exequibilidade



dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive o Contrato de Garantia; ou (iv) na capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações financeiras, socioambientais ou de implantação do projeto aqui previstas, mediante transmissão de aviso à Emissora ("Efeito Material Adverso Relevante")".

4.13.2 A ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento deverá ser prontamente comunicada, pela Emissora, ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) dias úteis da sua ciência pela Emissora. Sem prejuízo disso, o Agente Fiduciário deverá, a partir de sua ciência por qualquer meio, exercer seus deveres descritos neste item 4.13.

4.13.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "a", "b", "c", "e", "f", "g", "h", "i", "k", "l", "n", "q", "s" e "u" acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, sendo que qualquer Debenturista poderá exigir o pagamento de todos e quaisquer valores devidos, incluindo, sem limitação, o Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração devida e não paga, encargos e honorários advocatícios, se aplicáveis. O vencimento antecipado das Debêntures será formalizado por meio de notificação encaminhada pelo Agente Fiduciário à Emissora.

4.13.4. Na ciência da ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 4.12.1. acima, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas deverão convocar, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que (i) ocorrer quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado ou (ii) receberem uma notificação de qualquer dos Debenturistas nesse sentido, o que ocorrer primeiro, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca do não vencimento antecipado das Debêntures, conforme deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata este parágrafo deverá ser realizada no prazo máximo de (a) 8 (oito) dias, a contar da primeira convocação; ou (b) 5 (cinco) dias, a contar da segunda convocação, se aplicável. A não instalação da referida Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quórum será interpretada como uma opção dos Debenturistas em não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, automático ou não, observadas as condições e os procedimentos descritos nos itens acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da

Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora com relação as Debêntures. O pagamento de que trata este parágrafo deverá ser realizado pela Emissora em até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da notificação acerca do vencimento antecipado das debêntures, conforme descrito acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios descritos no item 4.13. da presente Escritura de Emissão.

4.13.6. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.4. acima por falta de quórum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quórum mínimo para deliberação acerca do não vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante envio de notificação à Emissora neste sentido.

4.13.7. O Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP sobre o vencimento antecipado das Debêntures com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data do seu pagamento.

4.14. Encargos Moratórios

4.14.1. Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso vencidos e não pagos ficarão sujeitos a (i) multa moratória convencional de natureza não compensatória de 2% (dois por cento), e (ii) juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *prorata temporis*, ambos calculados sobre os valores devidos e em atraso devidamente atualizado, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.15. Garantia

4.15.1. As Debêntures são da espécie com garantia real e contarão com garantia real constituída pela cessão fiduciária nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" ("Contrato de Garantia"), de: (1) todos os direitos creditórios, presentes ou futuros, de titularidade da Emissora, oriundos dos seguintes contratos: (a) "Contrato de Prestação de Serviços para Tratamento de Efluentes Líquidos" nº 10.853/10, celebrado entre a Companhia e Braskem S.A. em 14 de julho de 2010; (b) "Contrato de Prestação de Serviços para o Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos – PGRH e Prestação de serviços



de Operação, Manutenção e Gerenciamento da Rede de Monitoramento do Ar – RMAr” nº 8.308/09, celebrado entre a Companhia e Braskem S.A., em 17 de dezembro de 2009; (c) Contrato de Prestação de Serviços nº 11.154/11, celebrado entre a Companhia, Braskem Qpar S.A. (atual denominação da Quattor Participações S.A. e Braskem Petroquímica S.A., em 08 de setembro de 2011; (d) “Contrato de Prestação de Serviços” nº 11.443/10, celebrado entre a Companhia e Braskem S.A. em 03 de janeiro de 2011; (e) Contrato de Prestação de Serviços para Tratamento de Efluentes Líquidos e Outros, celebrado entre a Emissora e Bahia Pulp S.A. (atual Bahia Specialty Cellulose S.A.), em 19 de março de 2007; (f) Contrato de Prestação de Serviços n.º 161/00, celebrado entre a Emissora e a Monsanto do Nordeste S.A. (atual Monsanto Nordeste Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.), em 31 de março de 2000; (g) Contrato de Prestação de Serviços para Tratamento de Efluentes Líquidos, celebrado entre a Emissora e Cetrel Lumina Tecnologia e Engenharia Ambiental Ltda., em 01 de dezembro de 2009; e (h) Contrato de Prestação de Serviços para Tratamento de Efluentes Líquidos n.º 0226/13, celebrado entre a Emissora e a Elekeiroz S.A., em 25 de janeiro de 2013, acompanhados de seus respectivos acessórios (“Direitos Creditórios”); e (2) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos ou a serem detidos, resultantes dos valores depositados ou que venham a ser depositados em conta de titularidade da Emissora, inclusive suas eventuais aplicações financeiras e os proventos oriundos de tais aplicações financeiras, independentemente de onde se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária (“Conta Vinculada”), em que os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios deverão ser depositados e/ou transferidos por qualquer meio, nos termos do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada pela Lei n.º 10.931, de 2 de agosto de 2004 (“Lei 4.728/65”), e das disposições do Código Civil Brasileiro, no que for aplicável, sendo que o saldo mínimo a ser mantido na Conta Vinculada deverá corresponder a pelo menos 2 (dois) meses do valor das parcelas vincendas de principal e juros no âmbito da Emissão das Debêntures (“Reserva de Crédito” e, em conjunto com Direitos Creditórios e a Conta Vinculada, “Garantias”).

4.15.2. O banco depositário administrador da Conta Vinculada não será responsável pela manutenção ou fornecimento de crédito para a manutenção do suficiente saldo na Conta Vinculada.

4.15.3. A cessão fiduciária a ser constituída nos termos do Contrato de Garantia deverá perdurar até o completo, efetivo e irrevogável cumprimento de todas as obrigações, principal e/ou acessória, assumidas pela Emissora com relação às obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão.



6/2011

e

4.15.4. O Contrato de Garantia será registrado em Cartório de Títulos e Documentos das sedes da Emissora e do Agente Fiduciário. A Emissora se obriga a enviar uma via registrada do Contrato de Garantia ao Agente Fiduciário 15 (quinze) dias após a data de obtenção do referido registro.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.16.1. Sem prejuízo do previsto no item o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, acarretará a perda do direito ao recebimento de remuneração, encargos moratórios e/ou qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

4.17. Local de Pagamento

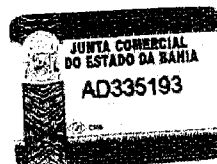
4.17.1. Os pagamentos referentes às Debêntures serão realizados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no CETIP21 ou, para Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente no referido módulo, terão seus pagamentos realizados pela Emissora por meio do Escriturador Mandatário.

4.18. Prorrogação dos Prazos

4.18.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nas Debêntures, inclusive obrigações assumidas pelos investidores no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.

4.19. Publicidade

4.19.1. Todos os atos, decisões relevantes e convocações a serem efetuados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser



obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (www.cetrel.com.br), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações. A publicação dos referidos atos poderá ser substituída por correspondência registrada, ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, entregue pela Emissora a todos os titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário.

4.20. Aquisição Facultativa

4.20.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação expedida pela CVM, incluindo, mas não se limitando ao artigo 13 da Instrução CVM n.º 476.

4.20.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com este item poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela legislação e regulamentação vigentes.

4.21. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.21.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, extrato em nome do titular da Debênture, emitido pela CETIP.

4.22. Imunidade Tributária

4.22.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.22.2. O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do



14/11/11

item 4.22.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Escriturador Mandatário, pela Emissora.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM n.º 476:

- (i) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM n.º 476, quais sejam:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, enviando ao Agente Fiduciário na mesma data prevista acima (i) as respectivas demonstrações financeiras; e (ii) declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da emissão;
 - (d) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;



- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente à instituição intermediária líder da Oferta Restrita e ao Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (ii) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, Agente Fiduciário, a CETIP e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures, arcando com os custos devidos;
 - (iii) apresentar em até 2 (dois) dias úteis ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
 - (iv) comunicar ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e autoridades cabíveis, em até 2 (dois) dias úteis da data de ciência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas;
 - (v) comunicar em até 2 (dois) dias úteis ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas e às da ciência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, bem como qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures;
 - (vi) comunicar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, em até 2 (dois) dias úteis da data de sua ciência de qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures;
 - (vii) apresentar nos prazos legais ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e



quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;

- (viii) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução da CVM n.º 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400");
- (ix) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, observadas as disposições previstas na regulamentação aplicável;
- (x) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (xi) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xii) não transferir ou de qualquer outra forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos detentores de Debêntures em Circulação;
- (xiii) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;



- (xv) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (xvi) manter seguradas as instalações da Emissora, conforme as práticas de mercado em seu setor de atuação;
- (xvii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- (xviii) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP aplicáveis a esta Emissão, inclusive mediante envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xix) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro e manutenção das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xx) comparecer às Assembleias de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (xxi) guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- (xxii) oferecer informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (xxiii) cópia do organograma, de todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização, pelo Agente Fiduciário, do relatório anual previsto no artigo 68, § 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 12, item XVII, da Instrução CVM n.º 28, que venham a ser expressamente solicitados pelo Agente Fiduciário. As informações financeiras, atos societários e organograma previstos neste item deverão ser encaminhados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório acima destacado na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

5.1.1. Toda e qualquer informação da Emissora que esteja veiculada através de sua página ou da página da CVM na rede mundial de computadores – Internet



será considerada pública e efetivamente disponibilizada para os fins desta Escritura de Emissão.

5.1.2. As informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos do item (i) "c" e "e" acima, deverão ser imediatamente enviadas às entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas à negociação.

CLÁUSULA SEXTA - AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. Nomeação

6.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

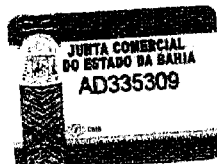
6.1.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com a legislação brasileira;
- (b) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) conhece e aceita integralmente os termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (d) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- (f) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28");
- (h) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (m) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviço de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Distribuidora de Água de Camaçari S.A. ("1ª Emissão da Camaçari"), com vencimento em 15 de março de 2025, em que foram emitidas 17.000 (dezessete mil) debêntures, na data de emissão no valor de R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Camaçari é garantida por cessão fiduciária de direitos creditórios, conforme previsão na escritura de emissão.

6.1.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição. Em



ambos os casos, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento.

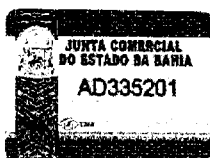
6.1.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração pela Emissora. O Agente Fiduciário não será responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora nos termos da legislação aplicável.

6.1.3.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os quoruns de deliberação em Assembleias Gerais de Debenturistas estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

6.1.3.2.1. Sem prejuízo do disposto acima, os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles somente serão válidos quando previamente assim deliberado por Debenturistas representando no mínimo 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.1.3.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que deva ser objeto de deliberação pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não assumirá qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas de boa-fé pelo Agente Fiduciário perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora.

6.1.4. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM n.º 28 e da Lei das Sociedades por Ações, conforme aplicável, estando este isento de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido de sua atuação no âmbito da Emissão ou da legislação e/ou regulamentação.



6.2. Remuneração

6.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração anual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura dos documentos da emissão e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Caso não seja um dia útil, será o dia útil imediatamente subsequente.

6.2.2. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas relativas aos seguintes impostos: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS; Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, bem como outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração acima, excetuando-se o Imposto de Renda – IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.2.3. As parcelas citadas no item 6.2.2 acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.2.4. Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário referida neste item 6.2., os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.2.5. A remuneração definida no item 6.2.1. acima continuará sendo devida, mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplência não sanada, remuneração esta que será devida proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

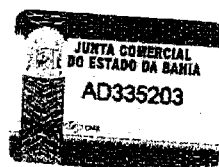
6.2.6. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.3. Deveres e Obrigações do Agente Fiduciário



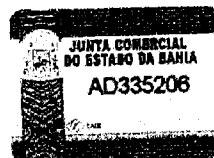
6.3.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, observado que o Agente Fiduciário não conduziu procedimento de auditoria independente da veracidade das declarações prestadas pela Emissora;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça no prazo previsto, o registro desta Escritura de Emissão e averbação de respectivos aditamentos na JUCEB, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;



- (i) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura do capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (vii) amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

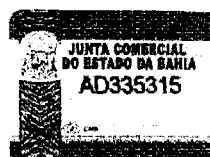
- (ix) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
- a) denominação da companhia ofertante;
 - b) valor da emissão;
 - c) quantidade de debêntures emitidas;
 - d) espécie das debêntures emitidas;
 - e) prazo de vencimento das debêntures emitidas;
 - f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, caso aplicável; e
 - g) eventos de vencimento antecipado, resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (x) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário.
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos



[Handwritten marks]

Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;

- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (q) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) acompanhar com o Escriturador Mandatário em cada Data de Pagamento de Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão;
- (s) divulgar as informações referidas no inciso (ix) da alínea (m) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (t) responsabilizar-se integralmente pelos serviços de Agente Fiduciário contratados nos termos da legislação vigente; e
- (u) calcular, diariamente, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site www.pentagonotrustee.com.br



6.4. Atribuições Específicas

6.4.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

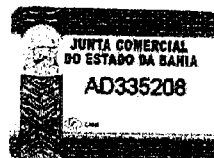
- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas (i) na alínea "a" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto no item 4.12. desta Escritura de Emissão, e (ii) nas alíneas "b" a "c" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do disposto na alínea "d" acima, será suficiente a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação.

6.5. Despesas

6.5.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

6.5.2. O ressarcimento a que se refere este item 6.5. será efetuado em até 10 (dez) dias contados da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.



6.5.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente adiantadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil, de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte do Agente Fiduciário.

6.5.3.1. Não obstante o disposto no item 6.5.3 acima, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter suas despesas reembolsadas pela Emissora caso não tenham sido previamente aprovadas e tenham sido realizadas em discordância com a função fiduciária que lhe é inerente.

6.5.4. As despesas a que se refere este item 6.5. compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas com *conferencecalls* e contatos telefônicos;
- (d) locomoção entre Estados do País, hospedagem e alimentação, quando

necessárias ao desempenho das funções; e

(e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

6.5.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Convocação

7.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.1.3. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura de Emissão, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

7.1.4. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias contados da nova publicação do edital de convocação.



7.1.5. Independente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem todos os Debenturistas.

7.1.6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

7.2. Quórum de Instalação

7.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.2.2. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação ora referido, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que sejam de propriedade da Emissora ou de seus acionistas controladores e sociedades controladas, coligadas e sob controle comum, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.3. Mesa Diretora

A presidência da AGE caberá ao debenturista eleito pela maioria simples dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. Quórum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.



7.4.2. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas, em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por maioria simples das Debêntures em Circulação.

7.4.4. Alterações (i) nas datas de pagamento de principal e juros das Debêntures; (ii) na Remuneração; (iii) na Data de Vencimento das Debêntures, (iv) nas hipóteses de Eventos de Inadimplemento, inclusive no caso de renúncia e/ou perdão temporário; e/ou (v) nos quóruns de deliberação, deverão contar com aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente.

7.4.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.4.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

CLÁUSULA OITAVA—DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;



[Handwritten marks and signatures]

- (d) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) o registro da AGE da Emissora que aprova a Emissão na JUCEB; (ii) o registro das Debêntures na CETIP; e (iii) o registro do Contrato de Garantia no competente Cartório de Registro de Títulos e Documento;
- (e) a celebração da presente Escritura de Emissão e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) o Estatuto Social da Emissora; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (iii) qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora em quaisquer contratos, inclusive financeiros, nem irá resultar em: (A) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (B) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (C) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam desta Escritura de Emissão são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;
- (g) todas as informações prestadas pela Emissora e no âmbito da presente Oferta Restrita são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas;
- (h) desde a data das informações trimestrais da Emissora relativas ao período de seis meses findo em 30 junho de 2013, não houve qualquer impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, bem como não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora, exceto aqueles descritos na ata da reunião ordinária do Conselho de Administração da Emissora realizada em 28 de maio de 2013;
- (i) possuir todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais essenciais para

o exercício de suas atividades, as quais encontram-se devidamente válidas, salvo por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, prejudicar o regular, pontual e integral adimplemento de todas as obrigações previstas nas Debêntures;

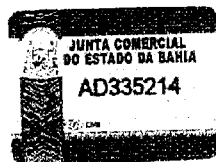
(j) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, no melhor de seu entendimento, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

(k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;

(l) não realizará outra oferta pública de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, amenos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

(m) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem seu Estatuto Social ou qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos que a Emissora seja parte; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(n) se obriga a notificar em até 2 (dois) dias úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;



(o) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições; e

(p) não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento na Data de Emissão e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades ou do cumprimento de suas obrigações no âmbito da Oferta Restrita, em prejuízo dos Debenturistas.

CLÁUSULA NONA –DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora

Cetrel S.A.

Av. Tancredo Neves, 3343

Edf. CEMPRE, Torre A, Salas 1401 a 1404,

CEP: 41.820-021, Salvador-BAAt.: Sra. Tereza Flores

Tel: 55 71 3273-2245

Fax: 55 71 3273-2212

E-mail: tereza@cetrel.com.br

Para o Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

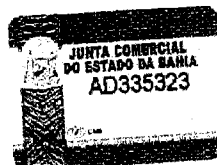
Para o EscrituradorMandatário e Banco Liquidante

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara

Cidade de Osasco, Estado de São Paulo

Tel.: (11) 3684-7654



Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar

CEP: 01452-001 – Jardim Paulistano, São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

9.2. As comunicações referidas nesta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.

10.2. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.3. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").



reconhecendo as Partes, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

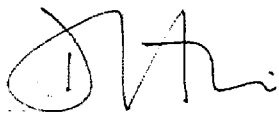
Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

São Paulo, 03 de setembro de 2013



Página 1/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Subscrição, da Cetrel S.A. celebrada entre a Cetrel S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

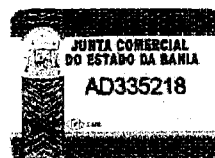
CETREL S.A.



Nome: **Rafael Negrão Rossi**
Cargo: *Procurador*



Nome: **BRUNO NEIVA MARACAJÁ**
Cargo: *Procurador*



Página 2/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Subscrição, da Cetrel S.A. celebrada entre a Cetrel S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Marcelle Santoro
Nome:
Cargo: **Marcelle Santoro**
Diretora



Página 3/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Subscrição, da Cetrel S.A. celebrada entre a Cetrel S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Testemunhas:

Mila Dora Leite
Nome: MILA DORA LEITE CINQUAS
CPF: 953.209.035-53

Gabriel Pinheiro
Nome: GABRIEL DA SILVA PINHEIRO
CPF: 125.204.667-74

